

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ACTA NR. 125


Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, na Av. Bombeiros Voluntários de Algés, nr. 34/36, Algés, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Aikido (FPA), em sessão ordinária, sendo a mesma presidida pelo Presidente da Mesa Miguel Mendes Pereira e secretariada pelo Secretário Rafael Serralheiro Franco. Estiveram presentes dezanove delegados, conforme lista de presenças em anexo. Os delegados reuniram em segunda convocatória por ser insuficiente o número de presentes à hora marcada para a primeira convocatória. Estavam pessoalmente presentes onze delegados participando os restantes oito delegados por meios telemáticos.-----

Estavam ainda presentes Agostinho Vaz, Paulo Farinha, José Nobre, José Fonte e José Barata, cuja presença, apesar de não serem delegados, não suscitou objeção e considerou-se autorizada pelo Presidente da Mesa. Verificou-se os termos da convocatória e a sua validade assim como a lista de convocados e os elementos presentes. Iniciando-se com o ponto número um, a saber, análise, discussão e aprovação do plano de atividades e orçamento para o exercício do ano de 2024, tomou a palavra o Presidente da Direção que descreveu com detalhe as atividades realizadas e previstas, assim como o orçamento em todas as suas rúbricas. Informou os delegados que se prevê receitas e despesas na ordem dos setenta mil euros, especificando que do IPDJ orçamentaram-se subsídios na ordem dos 37.6 mil euros, de receitas próprias 26 mil euros e 6.4 mil euros da formação; orçamentaram-se 39.7 mil euros para despesas de funcionamento, administração e gestão, 25.7 mil euros para o desenvolvimento da atividade desportiva e 6.4 mil euros para formação. Referiu que foi excluído do orçamento a compra e venda da sede que resultou num saldo positivo de aproximadamente 50 mil euros e que servirá para contribuir para as obras da nova sede. Referiu ainda que a Direção como objetivo de 1 300 praticantes até ao final da época de 2023/2024. Após a apresentação do plano de atividades e orçamento por parte do Presidente, iniciou-se um período de esclarecimentos e sugestões. O delegado Nelson Capote tomou a palavra, deu os parabéns à Direção pela aquisição da nova sede, mostrou agrado relativamente à apresentação do plano de atividades e orçamento e referiu que ainda gostaria de ter mais detalhe e pormenores; também propôs que a Direção elaborasse um plano autónomo de

receitas e despesas relativamente às obras da nova sede que considerou prioritário. João Nuno Silva tomou a palavra e questionou sobre o nível de custos administrativos tendo também perguntado se já se teria avaliado a possibilidade da partilha de recursos e custos com outras federações; interpelou ainda sobre a participação da federação na semana do Aikido em março e na Semana Europeia do Desporto. O Presidente esclareceu que nunca foi equacionada a partilha de recursos da sede, mas o pacote de porta aberta tem custos padrão na ordem dos 100 mil euros; também informou que em 2024 Viseu será a Capital Europeia do Desporto e há a possibilidade de se fazer uma demonstração e um estágio nacional em Viseu. Paulo Farinha tomou a palavra e, comentando o orçamento, referiu que seria importante a federação apoiar os Dojos, nomeadamente na aquisição de tatamis, usando o dinheiro disponível, para que se crescesse e se passasse dos 1000 praticantes. O Presidente referiu que os tatamis são essenciais, mas dispendiosos. Informou que cada tapete custa cerca de 100 euros e um novo dojo, com cerca de 100 m<sup>2</sup> de tapetes, esgotaria o orçamento disponível. Por esta razão acrescentou que lamentavelmente a federação não tem condições económicas para apoiar todos os dojos que abrem. Disse ainda que o mandato da Direção e a sua intenção como Presidente é gastar o orçamento do ano e não as reservas que transitam de anos anteriores. Esclareceu que a Direção planeia usar os 50 000 euros que resultaram da mudança da sede para fazer obras de reabilitação na ordem dos 100 000 euros o que irá exigir a angariação de donativos e subsídios dos restantes 50 000 euros, junto da Câmara e de outras entidades públicas e privadas. Após esta discussão, Nelson Capote usou da palavra e sugeriu que se constituísse uma comissão de apoio à Direção para a realização das obras na sede. Também se discutiu sobre o processo de revisão do regulamento e estatutos ao que Manuel Durão sugeriu que os documentos propostos circulassem por todas as associações para revisão e audição antes de passarem à versão final. Por fim, foi votado o plano de atividades e orçamento tendo este sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor e cinco abstenções. Passando-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, a saber, informações gerais, foi referido pelo delegado José Barata a sua discordância relativamente ao pagamento de 100 euros por parte dos clubes. Após o esclarecimento do Presidente sobre os estatutos e os direitos de voto dos clubes e das associações, o delegado José Fontes sugeriu que na próxima assembleia geral se falasse sobre os direitos de voto dos clubes. A este respeito o delegado Alexandre Francisco referiu que todos - individuais ou associações - têm o direito a ser federados, de acordo com

os estatutos, sendo uma escolha que cada entidade tem de fazer, com as suas obrigações. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a assembleia geral e lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
\_\_\_\_\_

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

  
\_\_\_\_\_

